

CONTROLE JUDICIAL

CONTROLE JUDICIÁRIO (OU JUDICIAL)

Controle Judicial em Espécie

a. Mandado de segurança

CF, art. 5º, LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a. partido político com representação no Congresso Nacional;
- b. organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

b. Ação popular

LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

c. Habeas data

LXXII – conceder-se-á *habeas data*: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

d. Habeas-corpus

LXVIII – conceder-se-á *habeas-corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;



5m

ANOTAÇÕES



DIRETO DO CONCURSO

1. (CESPE/2020/TJ-PA/ANALISTA-OFICIAL DE JUSTIÇA) Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.
- I – Em nenhuma hipótese é possível a revogação, pelo Poder Judiciário, de atos praticados pelo Poder Executivo.
- II – A reclamação para anulação de ato administrativo em desconformidade com súmula vinculante é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa.
- III – Nenhuma lei pode criar uma modalidade inovadora de controle externo não prevista constitucionalmente.
- Assinale a opção correta.
- a. Apenas o item I está certo.
- b. Apenas o item II está certo.
- c. Apenas os itens I e III estão certos.
- d. Apenas os itens II e III estão certos.
- e. Todos os itens estão certos.



COMENTÁRIO

- I – O Poder Judiciário nunca, em nenhuma hipótese, pode revogar ato praticado por outro Poder.
- II – A Súmula Vinculante n. 21 proíbe a cobrança de taxas como admissibilidade de recursos administrativos. Em casos em que uma Portaria viola uma Súmula Vinculante, a lei exige que o particular recorra dentro do próprio órgão. Depois da esfera administrativa, ele pode entrar com uma reclamação ao STF, que é o controle externo.
- III – Essa previsão tem como base a independência dos Poderes.
2. (INSTITUTO CONSULPLAN/2023/SEGER-ES/ANALISTA) Quanto ao Controle da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.
- a. No controle interno, cada ente federativo deve constituir seu tribunal de contas local.
- b. No controle jurisdicional, é vedado ao Poder Judiciário revogar atos do Poder Executivo.

ANOTAÇÕES

- c. O controle realizado pelo Poder Legislativo que susta um ato do Poder Executivo, classifica-se com prévio.
- d. É concomitante o controle jurisdicional quando se suspende a realização de concurso público logo após sua realização.
- e. O controle parlamentar permite à Casa Legislativa anular os atos do Poder Executivo quando eivado de vício de legalidade.

COMENTÁRIO



- a. Isso não é verdade. Existem os Tribunais de Contas dos Estados e apenas dois para os municípios.
- c. Não é controle prévio, mas controle posterior.
- d. Não é concomitante, é posterior.
- e. Sustar significa tirar a validade, que é diferente de anular. Anular é uma ação que só pode ser feita pelo Poder Judiciário, ao fazer o controle de legalidade específico daquele ato, ou pela administração pública, ao realizar a sua autotutela.

3. (CESPE/2017/TJ-PR/JUIZ SUBSTITUTO) No que se refere à discricionariedade administrativa e ao controle judicial dos atos administrativos, assinale a opção correta.
- a. Não havendo previsão legal sobre o tema, o STF tem admitido que o Poder Judiciário determine a atualização da tabela do imposto de renda.
 - b. Segundo o entendimento do STF, não havendo flagrante ilegalidade ou inconstitucionalidade, o Poder Judiciário não pode interferir em critérios fixados por banca examinadora de concurso público.
 - c. Segundo o STF, a determinação judicial para que a administração pública realize obras ou reformas emergenciais em presídios fere a separação dos poderes, mesmo que a melhoria preste-se a garantir a integridade física dos presos.
 - d. Não se admite o controle judicial dos atos discricionários.

COMENTÁRIO

- a. O Poder Judiciário não determina a atualização da tabela, essa é uma atividade do Poder Executivo.

ANOTAÇÕES



- b. Está correto. O Poder Judiciário pode fazer o controle de legalidade em um concurso, mas não pode interferir nos critérios fixados pela banca examinadora.
- c. Por vezes, o Judiciário determina que o Executivo faça ou deixe de fazer alguma coisa. Inclusive, ele determina a função administrativa do Poder Legislativo também. Isso não tem qualquer interferência nos Poderes.
- d. O ato discricionário não pode ser revogado, mas ele pode ser anulado.
-
4. (QUADRIX/2022/CRT/FISCAL) No que diz respeito ao controle e à responsabilização da Administração Pública, julgue o item.
- A ação popular é um instrumento de controle judicial de atos do Poder Público.
5. (FCC/2022/TRT 5ª REGIÃO/TÉCNICO JUDICIÁRIO) Suponha que o Tribunal de Contas tenha considerado irregular determinado contrato administrativo, por entender que a modalidade licitatória adotada, pregão, não foi a adequada, eis que não se trataria de serviço de natureza comum. A decisão do Tribunal imputou multa à autoridade responsável pela instauração do procedimento licitatório, identificando, ainda, dano ao erário e determinando à Administração a apuração dos prejuízos *in concreto*. De acordo com as disposições constitucionais aplicáveis, tem-se que
- a. a aplicação de multa não possui embasamento jurídico, eis que somente cabível na hipótese de descumprimento ou resistência injustificada no cumprimento de determinação da Corte de Contas.
- b. o Tribunal extrapolou suas competências, eis que não pode aplicar sanções pecuniárias, mas apenas julgar a regularidade ou irregularidade dos atos.
- c. o Tribunal proferiu decisão ilíquida, eis que não delimitou o montante dos prejuízos decorrentes do ato, o que impede a cobrança da multa.
- d. a multa aplicada pela Corte de Contas possui eficácia de título executivo e sua cobrança independe da subsequente apuração de outros eventuais prejuízos à Administração.
- e. a exequibilidade da multa aplicada pressupõe a prévia instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial, onde são individualizadas as responsabilidades e os danos.

ANOTAÇÕES

COMENTÁRIO

- a. Não, o Tribunal de Contas pode aplicar multa.
 - b. Não, o Tribunal pode aplicar sanção pecuniária, sim.
 - c. Ele pode, sim, aplicar multa.
 - d. Sim, o Tribunal de Contas tem autonomia para aplicar a penalidade, ele não precisa entrar com uma ação judicial para provar a legalidade da multa. Aqui, o próprio título pode ser justificado.
 - e. Não é necessário.
6. (FGV/2022/SENADO FEDERAL/POLICIAL LEGISLATIVO) Em tema de controle da Administração Pública, a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal dos novos servidores do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Policial Legislativo do Senado Federal que, em breve, serão nomeados, compete
- a. à Controladoria-Geral da União, a qual também exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - b. ao Tribunal de Contas da União, o qual, contudo, não exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - c. à Câmara dos Deputados, a qual também exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - d. à Controladoria-Geral da União, a qual, contudo, não exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - e. ao Tribunal de Contas da União, o qual também exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão

COMENTÁRIO

Quem faz o registro é o Tribunal de Contas. Ele não exerce similar atividade em relação às nomeações para cargo de provimento em comissão, porque é uma atividade discricionária, de livre nomeação e exoneração. A autoridade pode escolher quem ela quiser para ocupar o cargo em comissão, desde que cumpra os requisitos.

ANOTAÇÕES

7. (QUADRIX 2022/CREF/ADMINISTRAÇÃO) Quanto ao controle administrativo dos atos da Administração, julgue o item.

Recursos administrativos são os meios formais de controle administrativo, por intermédio dos quais o interessado postula, junto a órgãos do Poder Judiciário, a revisão de determinado ato administrativo.

COMENTÁRIO

O recurso administrativo não é interposto pelo Poder Judiciário, mas dentro da própria administração pública que praticou o ato.

8. (CESPE 2022/MPC-SC/TÉCNICO) Julgue o item seguinte, acerca do processo licitatório, do controle da administração pública e da responsabilidade civil do Estado.

A fiscalização financeira da administração pública exercida pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas configura exemplo de controle legislativo.

9. (CESPE 2022/MPC-SC/TÉCNICO) Maria, servidora pública de determinada autarquia estadual, aplicou advertência a Caio, seu subordinado, por este ter praticado ato que não era de sua atribuição legal. Inconformado com a punição, Caio impetrou mandado de segurança visando anular a pena administrativa aplicada.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Caso a referida pena seja anulada em decisão proferida no aludido mandado de segurança, estará caracterizado o exercício do controle judicial.

COMENTÁRIO

Mandado de segurança constitui controle judicial, sim.

10. (CESPE 2022/TCE-RJ/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO) João, servidor público, praticou ato administrativo que causou prejuízo a um particular. Percebendo a ilegalidade decorrente da prática desse ato, João revogou-o. Mesmo assim, o particular resolveu pedir indenização e ajuizou ação de responsabilidade civil do Estado em face do ato de João, alegando que o dano já havia sido concretizado.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

ANOTAÇÕES



A ação de responsabilidade civil do Estado configura controle administrativo.

COMENTÁRIO

Ajuizar uma ação não constitui controle administrativo, mas controle judicial.

GABARITO

1. e
2. b
3. b
4. C
5. d
6. b
7. E
8. C
9. C
10. E

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Rodrigo Cardoso.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.

ANOTAÇÕES
